

A mídia independente pós junho 2013:

a comunicação alternativa da Ponte Jornalismo e dos Jornalistas

Livres

Adilson Vaz Cabral Filho¹ e Jaqueline Suarez Bastos²

Resumo

Com as chamadas Jornadas de Junho de 2013, uma série de transformações ocorridas no cenário político brasileiro incidiu também na reconfiguração de iniciativas de produção e circulação de grupos de mídia alternativa, afetando modos de atuação política e a conformação de movimentos sociais contemporâneos. Tendo em consideração essas mudanças, busca-se propor uma nova classificação ao conjunto dessas iniciativas, tendo o viés alternativo como articulador que reforça as dimensões independente, comunitária ou contra-hegemônica, que passaram a originar novos fluxos de produção e circulação de conteúdos, não apenas mobilizadores de alternativas midiáticas, como de um questionamento que se passou a fazer na prática e em processos cotidianos de atuação articulada com as várias frentes de ação presentes. Com base nesse panorama inicialmente traçado e a partir de pesquisas bibliográfica e documental, são analisadas duas iniciativas que trabalham com um refazer jornalístico afirmado pela alternativa no posicionamento e independência nas práticas jornalísticas dos coletivos de mídia: os coletivos Ponte Jornalismo e Jornalistas Livres. A pesquisa parte do acompanhamento da atuação dessas iniciativas na produção de conteúdos jornalísticos, além de entrevistas com seus realizadores.

Palavras-chave

Mídia Independente; Comunicação Alternativa; Sustentabilidade da Mídia; Ponte Jornalismo; Jornalistas Livres.

¹Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, com atuação no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: acabral@comunicacao.pro.br.

²Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: suarez.jaque@gmail.com.

Independent media post-June 2013:

alternative communication of *Ponte Jornalismo* and *Jornalistas*

Livres

Adilson Vaz Cabral Filho¹ and Jaqueline Suarez Bastos²

Abstract

With the so-called Journeys of June 2013, transformations occurred in the Brazilian political scenario also affected the reconfiguration of production and circulation initiatives by alternative media groups, affecting ways of political action and the conformation of contemporary social movements. Taking these changes into consideration, we seek to propose a new classification to the set of these initiatives, having the alternative bias as an articulator that reinforces independent, community or counter-hegemonic dimensions that began to originate new flows of production and circulation of contents, not only by activists of alternatives, not just as mobilizers of media alternatives, but also as a questioning that started to be made in practice and in daily processes of action articulated with the various action fronts. Based on this overview initially outlined and considering bibliographic and documentary research, there are analyzed two initiatives that work with a journalistic reconstruction, affirmed by the alternative in placement and independence in the journalistic practices of the media collectives: the collectives *Ponte Jornalismo* and *Jornalistas Livres*. The research starts from monitoring the performance of these initiatives in the production of journalistic content, in addition to interviews with their directors.

Keywords

Independent Media; Alternative Communication; Media Sustainability; *Ponte Jornalismo*; *Jornalistas Livres*.

¹ Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, com atuação no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: acabral@comunicacao.pro.br.

² Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: suarez.jaque@gmail.com.

Introdução

As chamadas Jornadas de Junho de 2013 resultaram num complexo divisor de águas no cenário político brasileiro, afetando modos de atuação política e a conformação de movimentos sociais contemporâneos. Nesse contexto, os conteúdos midiáticos tradicionais passaram a ser percebidos e questionados pelos manifestantes nas ruas, bem como pelos coletivos que promoviam ou apenas participavam dos atos. Assim passaram a originar novos fluxos de produção e de circulação de conteúdos, não apenas mobilizadores de alternativas midiáticas, como de um questionamento que se passou a fazer na prática e em processos cotidianos de atuação articulada com as várias frentes de ação presentes.

Os diversos coletivos surgidos a partir daí refizeram o campo da comunicação distinta da tradicional. A começar pelo próprio conceito de coletivo, substituindo os de grupo e de organização, como um processo mais dinâmico e referenciado nos temas que movem seus integrantes e na prática derivada de seus interesses. A sustentabilidade passa a ser também tema determinante, na medida da reivindicação da autonomia como princípio de independência para afirmar essas iniciativas.

Trata-se, portanto, de propor uma nova classificação ao conjunto dessas iniciativas, em virtude de movimentações já relativamente recentes, tendo como ponto de partida a reorientação proporcionada pelos protestos de junho de 2013. Compreende-se, portanto, o viés alternativo como articulador de iniciativas de comunicação comprometidas com a investigação de temas relevantes para a sociedade, em torno dos quais são identificadas dinâmicas que reforçam dimensões independentes, comunitárias ou mesmo contra-hegemônicas em sua atuação cotidiana.

Dentro do panorama inicialmente traçado, são abordadas mais especificamente duas iniciativas que trabalham com um refazer jornalístico em contraponto aos conteúdos das mídias tradicionais referenciados nos protestos, buscando afirmar alternativa no posicionamento e a independência nas práticas jornalísticas dos coletivos de mídia. São estes os coletivos: Ponte Jornalismo e Jornalistas Livres.

Busca-se investigar, portanto, o seguinte problema de pesquisa: que alternativa esses coletivos defendem e buscam implementar em suas trajetórias? Para tanto, serão trabalhadas o acompanhamento da atuação dessas iniciativas na produção de conteúdos jornalísticos, além de entrevistas desenvolvidas junto a seus realizadores durante os dias de pesquisa de campo. Será trabalhada também uma pesquisa bibliográfica, visando a abordagem temática dessas iniciativas no contexto da comunicação alternativa e dos desdobramentos a partir das jornadas de junho de 2013, além de pesquisa documental referente a textos de referência de fundação e posicionamentos políticos dos coletivos a serem pesquisados. A partir de seus resultados, tem-se, como expectativa, identificar possibilidades de legitimação social

dessas iniciativas que permitam sua continuidade.

Comunicação em adjetivos

Autoras como Regina Festa (FESTA; LINS; SILVA, 1986), Beatriz Dornelles (2007) e Cícilia Peruzzo (2009) se debruçaram na complexa tarefa de tipificar tais iniciativas, a partir de associações organizadas em torno dessas iniciativas, como a *Asociación Latinoamericana de Educación y Comunicación Popular* (ALER) e a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). De um modo geral, suas contribuições tomavam como referência a caracterização das iniciativas em relação ao seu fazer cotidiano, ao modo de atuação de seus produtores e à destinação social de suas atividades. Ou seja, a definição de um ou outro adjetivo teve relação direta com a própria experiência em si e seu entorno.

Uma possibilidade de tipificação dessas iniciativas seria levar em conta o reconhecimento legal no contexto da regulamentação e regulação da área de comunicação. Assim, tal como proposto pela AMARC e diversos autores, constituiria-se o setor comunitário como distinto do estatal e do privado nas legislações dos distintos países, tendo incidência em aspectos como a distribuição do espectro eletromagnético e da verba publicitária, entre outros.

Assim, é possível compreender as distintas qualificações da comunicação realizadas por e para grupos populares em torno de adjetivos como popular, participativa, participatória, horizontal, dialógica ou mesmo social, que denotam uma comunicação que reforça atributos de articulação dos grupos envolvidos ou a destinação dos conteúdos produzidos. Reforçam mais características e ressaltam contribuições proporcionadas por grupos de apoio e de assessoria na articulação com pessoas para as quais são destinados os produtos realizados.

Termos como alternativa ou independente atribuídos à comunicação afirmariam a dimensão política de processos e produtos comunicacionais, ressaltando a distinção que se define pelo descolamento com a mídia tradicional, buscando caminhos a serem evidenciados na gestão, na programação e na produção, em especial na linguagem e nos formatos de conteúdos relacionados à população. São termos utilizados também pela própria mídia comercial, ao se distinguirem de determinados padrões tradicionais de qualidade estética, embora tais iniciativas não sejam objeto desta pesquisa.

Tentativas mais recentes de reação a esse modelo hegemônico resultaram em novas adjetivações ao longo das primeiras décadas do século XXI. A mídia radical (DOWNING, 2002), surgida de agrupamentos populacionais que se percebem em processos de enraizamento social em seus locais de atuação, conforma espaços próprios de atuação que recolocam em outras bases as práticas de comunicação popular dos anos 1970 e 1980.

Nesses modelos contemporâneos, a forma coletivo, recorrente nos circuitos artísticos dos anos 1970, ressurge como reagenciamento de grupos populares e

sociais, de assessoria ou não a setores de baixa renda da população, promovendo práticas comunicacionais que resultam em processos interativos e até colaborativos. Traduzem-se numa

nova forma de atuação encontrada pela resistência jovem, urbana e de classe média no Brasil dos tempos neoliberais [que] ganhou certa visibilidade com a discussão da repolitização da arte e os novos modos de organizar pessoas interessadas em manifestar seu mal-estar em relação a diversos aspectos da globalização neoliberal (FREIRE FILHO; CABRAL, 2008, p. 184).

De toda essa vasta gama de possibilidades e referências de qualificação do ativismo midiático, as iniciativas surgidas em torno da radiodifusão comunitária apresentam trajetórias particularmente interessantes, na medida em que foram implementadas no enfrentamento a processos regulatórios de países com maior ou menor restrição política. Assim, estas iniciativas são passíveis de regulamentação específica por se utilizarem do espectro eletromagnético, uma propriedade restrita ao âmbito federal.

Ponto de virada

Cabe compreender, no entanto, que as Jornadas de Junho de 2013 proporcionaram um novo ponto de virada e uma nova perspectiva de análise para a compreensão dessas iniciativas. Vale lembrar que, a despeito das possibilidades tecnológicas e necessidades políticas, a apropriação social dos processos comunicacionais nunca foi determinante no meio acadêmico ou no meio social, mesmo dentro do campo da Comunicação. Assim, as tentativas de considerável visibilidade dessas iniciativas, bem como da necessidade de compreensão de políticas de comunicação nas quais tivessem reconhecimento, foram raras desde a articulação mais organizada de um movimento pela democratização da comunicação no país.

É possível identificar três momentos de ampliação dessa visibilidade da luta pela democratização da comunicação no Brasil: a ramificação brasileira da Campanha CRIS (pela sigla em inglês, Direito à Comunicação na Sociedade da Informação), no início do século XXI, que mobilizou movimentos sociais distintos para a compreensão da Comunicação como processo; a realização, em 2009, da I Confecom — Conferência Nacional de Comunicação —, que mobilizou grupos e organizações de diversos setores em todo o país; e, por último, as Jornadas de Junho de 2013, na qual surgiram coletivos distintos a partir das próprias ruas, que se apropriaram de tecnologias digitais e de rede, proporcionando uma mídia alternativa aos conteúdos veiculados pela mídia tradicional, visto que esses não traduziam a realidade da opressão sofrida nos protestos diários em diversas cidades do país.

Comunicação alternativa como chave conceitual

Uma sociedade verdadeiramente democrática deveria buscar, tal como proposto por Dieter Prokop (*apud* MARCONDES FILHO, 1986, p. 17) a “supressão da contraposição entre produtores e receptores de comunicação”, isso porque a diferença de acesso aos meios de produção de discursos implica na manutenção de uma assimetria de poder. Contudo, o que se observa na gestão da radiodifusão, especialmente no cenário brasileiro, é o domínio do pólo de emissão por um número reduzido de pessoas ou grupos, enquanto à maioria é reservado (quando o é) apenas o direito de ouvir. Esse desequilíbrio, para Moles e Zeltman (1975 *apud* GRINBERG, 1987), nos coloca no centro das desigualdades e contradições sociais, servindo de impulso ao surgimento de ações alternativas no campo da comunicação.

Essa outra comunicação, para Downing (2002), costuma emergir de um contexto de opressão ou instabilidade social, no qual a informação seja objeto de controle. O autor desenvolveu a ideia de “mídia radical” para designar práticas de formatos variados, que expressem perspectivas alternativas às hegemônicas. A formulação do termo, segundo o autor, justifica-se pela abrangência e ambiguidade da ideia de “alternativo”. Afinal, é alternativo ao quê?

John Downing não está sozinho ao apontar o aspecto relativamente mutável do termo. Grinberg (1987, p. 30) realiza uma avaliação similar, contudo empenha também um esforço de delimitar em relação ao que ou quem essa comunicação se constrói como opção. Para o autor, essa “opção é sempre frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos), da propriedade e/ou controle dos meios de informação”. É preciso que essa ideia de oposição seja somada ainda a uma prática, verdadeiramente alternativa, manifesta por meio do discurso observável, “explícita ou implicitamente, pela escolha dos temas, por sua classificação e seu tratamento, claramente aberto e antiautoritário”.

Sob o rótulo de comunicação alternativa, encontram-se experiências bastante variadas, exigindo que as tentativas de definição não sejam estanques. As características dessas iniciativas serão diretamente influenciadas (e modificadas) pelas possibilidades e limitações presentes no contexto social do qual emergem. Apesar de suas singularidades, Peruzzo (2009, p. 58) argumenta que elas podem ser tomadas como sinônimas “quando se referem às lutas de segmentos subalternos por sua emancipação”. Ou seja, a busca por transformações sociais por meio do acesso à palavra é um ideal comum, como também apontam Kucinski (2003) e Grinberg (1987). Outro ponto de convergência está na participação — mais ou menos ativa — do cidadão na produção e difusão do conteúdo, visando o empoderamento (e aprendizado) dos envolvidos no decorrer do processo (FREIRE, 2003; PERUZZO, 2009).

No Brasil, o termo alternativo, como resgata Peruzzo (2009) e Kucinski (2003), se popularizou entre as décadas de 1960 e 1980, em referência à comunicação feita

pelos movimentos sociais — que mais tarde seria reconhecida e identificada como comunicação popular — e, também, pela imprensa que não se aliou ao regime militar. Era uma época “em que a maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura” (PERUZZO, 2009, p. 53). Nesse cenário, a formação da imprensa alternativa faz parte de um contexto mais amplo de cerceamento à liberdade de expressão, tensões sociais, além da forte influência do movimento de contracultura e da atuação dos movimentos estudantis.

Propomos nesse trabalho o entendimento da comunicação alternativa como um conceito chave para a observação das demais experiências de comunicação, que se baseiam na distinção ao sistema estatal/privado. As adjetivações demarcam identidades particulares — quem participa; a finalidade; o conteúdo; a dinâmica de produção etc. —, mas a existência dessa variedade de nomes não anula o caráter comum de alternativa ao sistema hegemônico presente em todas elas.

Costa (2010) entende o alternativo como um grande guarda-chuva — em nível teórico e prático — capaz de abarcar outras comunicações, sem, no entanto, tomá-las como iguais. Para o autor, a mídia alternativa “engloba toda produção considerada marginal à convencional, no fundo, porque representa uma alternativa à natureza dominante do sistema sócio, político, econômico e cultural de um país” (COSTA, 2010, p. 238). A partir disso, é possível afirmar a mídia independente como forma de comunicação alternativa, sem, no entanto, apagar sua identidade própria. Mas, além disso, conceber a definição de um conceito chave a partir de transformações no modo de produzir e disseminar conteúdos de mídia, que demarcou uma nova época de ativismo político e midiático.

Do que estamos falando, quando usamos o termo independente para definir esta mídia? Trata-se de um debate aberto e controverso. Como um conceito, seu significado é relacional, isto é, não há uma essência determinada, assumindo compreensões diversas em contextos variados. Ainda assim, trata-se de termo que, por muito tempo, vem sendo disputado no campo da comunicação. Karppinen e Moe (2016) argumentam que seu uso é motivado, sobretudo, por uma necessidade de legitimação ao discurso jornalístico, sendo reivindicado, inclusive, pelas empresas hegemônicas de comunicação.

A ideia de mídia independente — fora da lógica comercial — foi bastante acionada no começo desse século, a partir da atuação do Centro de Mídia Independente (CMI), que surgiu como parte de um projeto global de comunicação (CABRAL, 2019). A iniciativa emergiu durante as manifestações contra representantes globais do capitalismo, que ocorreram a partir de 1998 em várias cidades do mundo. Cabral (2019 *apud* CABRAL, 2010, p. 827) aponta que estas iniciativas propõem:

[...] modelos alternativos de gestão, de uso das tecnologias disponibilizadas, bem como de organização social e produção cultural que permitem afirmar o termo independente como relacionado a algo que se constrói no processo, nas articulações promovidas pelo fluxo da informação produzida, distribuída e circulada na rede, em suas inúmeras composições.

Como verificado em um estudo anterior (BASTOS; COSTA, 2018), a retomada do discurso independente se fundamenta na necessidade de diferenciar-se das demais ações alternativas de comunicação em curso, reivindicando uma identidade própria. O discurso e as práticas em torno da autonomia editorial e da sustentabilidade financeira são as principais características desse tipo de iniciativa como discutiremos a seguir.

Vertentes independentes da mídia alternativa

A ânsia por definições esbarra na variedade e inconstância das iniciativas de mídia que reivindicam o termo independente. Nossa maior preocupação é não tomar um único caso como representativo do todo, por isso, ressaltamos que nossa análise, ainda em estágio inicial, é centrada em sujeitos específicos: os coletivos Ponte Jornalismo e Jornalistas Livres. Nosso objetivo é entender que alternativa esses arranjos defendem e buscam realizar em suas trajetórias. Para tanto, utilizamos como instrumentos a revisão bibliográfica, o levantamento documental e, principalmente, o trabalho de observação participante e as entrevistas com colaboradores dos dois projetos.

Ponte e Jornalistas Livres são coletivos criados após as manifestações de 2013, período de expansão desse tipo de arranjo no Brasil. A onda de protestos, que teve continuidade nos anos seguintes, foi um fator determinante, porém não foi o único. A instabilidade social, que se manifestava com a ocupação das ruas, foi alimentada pelos escândalos de corrupção na política, pelo aumento do desemprego e das desigualdades sociais no país, além do endurecimento da violência, atingindo principalmente grupos minoritários (pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas, periféricos, etc.).

No campo jornalístico, o declínio de confiança da população nos veículos tradicionais e o encolhimento de várias redações — e consequente demissão de profissionais — foram fatores que impulsionaram a busca por alternativas, tanto por parte de quem consome as informações, como também, por quem as produz. O posicionamento adotado pelas grandes empresas de comunicação frente a esse cenário, especialmente na cobertura das manifestações, impulsionou um crescente descontentamento da população, o questionamento aos seus interesses (políticos) e a crítica ao modelo de realidade construído por essas empresas.

Ponte e Jornalistas Livres foram projetos iniciados por jornalistas que faziam ou fazem, ainda hoje, parte da chamada grande mídia. Criados em 2014 e 2015, respectivamente, ambos têm sua sede na cidade de São Paulo, ampliando suas bases

de trabalho por outros estados. Ao menos onze pessoas compõem o núcleo fixo da Ponte, que conta ainda com colaboradores esporádicos de fora da capital paulista. Já o Jornalistas Livres, tem um modelo de trabalho mais aberto, organizado a partir de uma rede de coletivos espalhados pelo Brasil, totalizando um número indefinido de participantes.

Entendemos a partir das experiências de campo realizadas até aqui, que Ponte e Jornalistas Livres são representativos de dois arranjos diferentes encontrados na mídia independente. O primeiro configura-se como um mercado alternativo às empresas jornalísticas tradicionais, mantendo semelhanças quanto à lógica de produção, com a participação (apenas) de profissionais da comunicação e remuneração dos envolvidos, como acontece na Ponte Jornalismo. Um segundo grupo é exemplificado pelo modelo assumido pelo coletivo Jornalistas Livres, no qual os colaboradores exercem seu ativismo por meio da comunicação, podendo ou não ter experiência formal na área e com atuação voluntária na produção do conteúdo.

Em ambos os casos, os projetos pautam a sua independência sob o viés da transparência, tomando as questões de autonomia editorial e financiamento como centrais na sua construção. Ponte e Jornalistas Livres apresentam-se como independentes e explicitam em suas páginas a ausência de vínculos com empresas, partidos ou instituições governamentais. O desatrelamento institucional, como verificado em um estudo anterior (BASTOS; COSTA, 2018) é, para os realizadores, fundamental para a garantia do exercício de uma comunicação livre. Para Grinberg (1987) qualquer relação associativa pode acarretar implicações à comunicação alternativa, isso porque seja qual for a organização apoiadora do projeto, esta possui interesses próprios, que podem ou não coincidir com as intenções dos participantes.

Em vista de maior autonomia, o modelo de financiamento coletivo é o adotado pela maior parte dos projetos da mídia independente, incluindo Ponte e Jornalistas Livres. O objetivo não é o lucro, mas sim a sustentabilidade econômica das atividades. O modelo adotado pela mídia independente pode ou não envolver a remuneração dos colaboradores, porém, na maioria das vezes essa atuação é voluntária e, não raramente, são os próprios participantes que contribuem financeiramente para que a iniciativa continue existindo, seja por meio da doação direta de dinheiro ou da utilização de equipamentos próprios ou compra (BASTOS; COSTA, 2018).

Desde sua criação até o momento, a obtenção de recursos da Ponte se dá por meio de doações regulares da sociedade civil. Os recursos são destinados ao custeio do trabalho, a locação de uma sede, manutenção do site e remuneração de parte da equipe envolvida. O coletivo também organiza ou participa de eventos, cursos e editais, que constituem uma via secundária para obtenção de recursos.

A sobrevivência financeira do Jornalistas Livres também tem como base o financiamento coletivo. Diferente da Ponte, o coletivo mantém suas atividades desde o início (2015) com cerca de 150 mil arrecadados em uma campanha única de lançamento.

Os recursos têm sido destinados à compra de equipamentos, manutenção do site e viagens para coberturas específicas. O projeto chegou a ter uma sede própria, mas o espaço foi entregue depois de alguns anos como medida de economia. Todos os envolvidos no projeto participam voluntariamente e não recebem qualquer tipo de remuneração financeira.

Ponte Jornalismo

A Ponte Jornalismo é um coletivo pautado pela produção de conteúdo na área de Direitos Humanos, com foco na Segurança Pública. A equipe fundadora foi reunida inicialmente pela Agência Pública para realização de uma série de reportagens sobre o tema (Segurança Pública). Com a conclusão do projeto, parte do grupo decidiu continuar, dando início ao coletivo em 2014.

O núcleo duro da Ponte é composto por profissionais reconhecidos no meio jornalístico, que trabalham ou já trabalharam em grandes redações. Isto tem influência não apenas na qualidade técnica (tomando o jornalismo comercial como referência), como também, na credibilidade do conteúdo produzido por eles. Interessante pontuar, que algumas reportagens da Ponte são replicadas pelo Jornal El País e, mais recentemente, também pelo UOL, site de propriedade do Grupo Folha.

O discurso que circunda a proposta da Ponte tem como base o contraponto à mídia tradicional:

violência de estado, segurança pública, racismo e preconceito de gênero são problemas que afetam o funcionamento de toda a sociedade e que só podem ser resolvidos se forem expostos. Infelizmente *a imprensa brasileira em geral prefere ignorá-los* (PONTE, 2020, grifo nosso).

Mais do que lançar outro olhar, a missão do coletivo é fazer uma ponte entre as questões da periferia e a sociedade de forma geral. Essa é, segundo a jornalista Maria Carolina Trevisan, a ideia que deu origem ao nome Ponte Jornalismo, que faz uma alusão à música *Da ponte pra cá*, dos Racionais MC's. A letra evidencia as diferenças entre o “asfalto” e a periferia, tomando como referência a favela do Capão Redondo, na capital paulista.

Leonardo Coelho, colaborador da Ponte no Rio de Janeiro, destaca que o diferencial do coletivo não está apenas no conteúdo, mas, principalmente, na forma de tratamento dado ao mesmo. A ordem em que os relatos aparecem no texto jornalístico sugere ao leitor uma ordem hierárquica, que na Ponte é invertida. As fontes oficiais são ouvidas, mas não têm a centralidade que ocupam na proposta editorial dos veículos comerciais. A prioridade, segundo Leonardo, é ouvir as pessoas comuns envolvidas ou vitimadas pelo ocorrido.

A linha editorial é algo que você vai pegando no dia a dia, porque cobrir Direitos Humanos, Justiça e Segurança Pública é diferente de você cobrir polícia. Então, necessita de uma mudança de ótica aí. Se tem uma coisa que você não pode fazer na Ponte é [escrever] ‘de acordo com a polícia, etc, etc, etc’ e deixar por isso mesmo, entende? Não perguntar se você ouviu o outro lado, quem são as vítimas (COELHO, 2019, informação verbal) [1].

Leonardo começou a colaborar com o coletivo em 2016 por intermédio de uma conhecida que já fazia parte do projeto. Seu trabalho no coletivo é voluntário, porém há matérias de maior destaque pelas quais ele é remunerado, como a cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), em março de 2018. As matérias pagas, segundo ele, são conteúdos de maior urgência e repercussão, enquanto pautas menores costumam ser realizadas sem remuneração financeira. Por estar afastado da base do coletivo — localizada em São Paulo —, o contato que ele tem com a equipe se dá, quase exclusivamente, por grupo de mensagens, desde a discussão de pautas até possíveis alterações em alguma matéria.

A indicação sobre o quê e quando cobrir é sugerido na maior parte das vezes por Leonardo, mas também há indicações que vêm do núcleo principal (SP). As pautas cobertas pela Ponte chegam, principalmente, por indicação à página ou site e/ou diretamente ao colaborador do coletivo. Muitos membros do grupo participam ou são conhecidos de movimentos, entidades e sujeitos com forte atuação e envolvimento na área de Segurança Pública, o que garante acesso aos temas e rede de contatos.

A abertura à participação externa, assim como, a horizontalidade no processo de produção são características comuns entre as mídias independentes, podendo ser observada em níveis diferentes em cada coletivo. O intuito é fazer com que o leitor ocupe um lugar mais potente que o de simples receptor daquilo que é produzido, abrindo espaço para uma participação mais ativa e cidadã.

Na Ponte, o leitor é convidado a participar de três formas: por meio de doações, repercutindo o conteúdo ou, ainda, colaborando diretamente na construção das reportagens. Necessário pontuar que, apesar das possibilidades de participação, sem medidas concretas que estimulem a prática por parte do coletivo, o número de pessoas e o grau de envolvimento dessas no processo de produção ainda são mínimos.

Jornalistas Livres

O Jornalistas Livres teve início em março de 2015 durante uma série de manifestações contrárias e favoráveis ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. A proposta, liderada naquele momento por jornalistas, era fazer uma cobertura diferente dos veículos tradicionais, abrindo espaço para que as pessoas fossem ouvidas: “a gente queria ter gente na manifestação no chão, que pudesse contar o que estava acontecendo de verdade ali, quem eram aquelas pessoas presentes, quais eram as reivindicações, que tipo de pauta estava sendo pedida”

(TREVISAN, 2015, n.p.). Em um momento marcado pela polarização política, o coletivo esteve na cobertura pró e contra a saída de Dilma.

Contudo, não podemos tomar a presença em ambos os eventos como uma tentativa de imparcialidade ou neutralidade por parte do coletivo, muito pelo contrário. Num manifesto de apresentação, disponível no site, o coletivo afirma que a ideia de independência defendida está relacionada muito mais à transparência e à diversidade, do que a não existência de uma opinião ou posicionamento político:

Temos lado (cada uma de nós tem seus próprios lados). Individualmente, não somos neutros, isentos, apartidários, brancos ou nulos. Nossa pluralidade é resultado do agrupamento de todos nós, não da ruptura interna de nossos corpos e mentes individuais (JORNALISTAS LIVRES, 2020) [2].

A neutralidade não costuma ser um princípio perseguido pela mídia independente (BASTOS; COSTA 2018; FIGARO, 2018), o que não significa que esta seja, necessariamente, atrelada a partidos ou atores políticos. Ao contestar os ideais de imparcialidade, neutralidade e objetividade, a mídia independente nega, conseqüentemente, um suposto afastamento entre realizadores e narrativas. Distancia-se ainda do posicionamento corriqueiro adotado por veículos hegemônicos, assumindo ser inalcançável ao sujeito que atua na cobertura anular sua individualidade e seu cotidiano.

Afirmar tal implicação não denota, necessariamente, abertura ao subjetivismo, mas demarca para o público que o coletivo e o realizador possuem um lado. O Jornalistas Livres é, assumidamente, um coletivo de esquerda: “o que tem que ficar claro é que nós somos um coletivo de mídia à esquerda, nós não somos um coletivo de mídia partidário, são coisas muito diferentes. Nós não estamos e nem estaremos a serviço de nenhum partido” (PASSOS, 2019, informação verbal).

Kátia Passos é jornalista e faz parte do grupo que estava na fundação do projeto. A diversidade do coletivo se dá tanto pelas vertentes políticas (à esquerda ou independentes), como também, pelas áreas de atuação profissional. Àqueles que são de fora do campo da comunicação vão aprendendo durante o processo, com o auxílio dos que possuem formação ou conhecimento técnico. O número total de participantes, segundo Kátia, é indefinido. Isso porque, a divisão em núcleos e organização, quase exclusivamente, via grupos de mensagem dificulta a contabilização. Além disso, a entrada e saída de novos membros são constantes.

A rede do Jornalistas Livres se organiza a partir do Telegram. Há grupos para cada cidade e/ou estado, outros são formados a partir de coberturas específicas, além do grupo de Publicadores. É neste último que estão todos que possuem acesso direto para publicação nos perfis do coletivo. Sobre essa dinâmica, Kátia explica que todos os grupos locais possuem, ao menos, um membro que também está no [grupo] Publicadores. Essas pessoas são responsáveis por publicar ou repassar o conteúdo

a outro publicador, que fará a revisão e publicação do material. Sobre a entrada de novos membros, Lucas Martins, estudante de Letras e fotógrafo no coletivo, explica:

Quase sempre é o mesmo processo. Vai começando a colaborar, pegando a dinâmica, tendo coisas publicadas e daí, ou desiste porque não se interessa ou não tem tempo e sai, ou vai chegando e se incorpora, por exemplo, aos Publicadores. Estar no [grupo] Publicadores não tem nenhum prestígio, mas é o mais importante porque é o papel funcional, é importante pela responsabilidade (MARTINS, 2019, informação verbal) [3].

Para estimular a participação e/ou entrada de novos colaboradores, o núcleo de São Paulo realizava reuniões de pauta abertas à comunidade. No entanto, a ideia foi abandonada, segundo Lucas, por não haver pessoas o suficiente para acompanhar o processo de entrada dos novos participantes: “isso exige um trabalho muito grande de acompanhamento. Tem que fazer pauta, auxiliar e dar atenção as pessoas que estão entrando. Não é descaso, mas é difícil manter isso” (MARTINS, 2019). O envio de pautas ou material já pronto diretamente à página ou perfil individual dos ativistas é o meio mais potente de participação externa no Jornalistas Livres na atualidade.

Por fim, importante pontuar sobre o envolvimento dos ativistas em movimentos sociais e grupos políticos diversos. A atuação particular junto a essas organizações aproxima o coletivo das pessoas e das realidades retratadas, fortalecendo a relação e facilitando o acesso às fontes. Grande parte das reportagens realizadas, segundo Lucas, tem origem em denúncias feitas em off. Nesse sentido, a conquista e manutenção da confiança tornam-se vitais para a reputação do coletivo. A recepção ao Jornalistas Livres, como pudemos observar durante a cobertura da celebração do Dia da Consciência Negra (2019), em São Paulo, é bastante positiva.

Considerações finais

O amplo e diverso conjunto de adjetivações usado para designar a comunicação fora do espectro estatal/privado por vezes contribui para o apagamento da natureza comum a todas elas: a constituição de uma alternativa ao sistema dominante. Se por um lado compreendeu-se aqui a comunicação alternativa como chave conceitual para conceber essas iniciativas, por outro tais adjetivações também têm uma função essencial ao delimitar uma identidade própria a cada uma delas. A reivindicação do termo independente pós 2013, cumpre, assim, uma função de caracterizar e, principalmente, demarcar o que difere esses novos projetos das iniciativas em curso naquele momento.

A partir do observado, podemos afirmar que não há uma mídia independente uníssona, mas sim um conjunto amplo e diverso que reivindica o uso do termo, sendo os coletivos Ponte Jornalismo e Jornalistas Livres representantes de dois modelos bastante diferentes entre si. O discurso de desatrelamento às instituições (sejam

quais forem), que se materializa no tipo de financiamento, no arranjo de produção e, especialmente, no conteúdo, é o ponto comum a ambos os projetos. Outro ponto compartilhado é a construção na noção de independência associada à transparência.

Nossa compreensão, defendida ao longo deste trabalho, é que a mídia independente, que se configurou no contexto das manifestações populares de 2013 no Brasil, trouxe contribuições específicas no que tangem ao discurso e prática de uma comunicação alternativa, sem, no entanto, se isolar das demais práticas do campo. Desse modo, a mídia independente se reinventa e se redefine como parte do amplo ecossistema que caracteriza a comunicação alternativa no país.

Notas

[1] Leonardo Coelho em entrevista à autora no Rio de Janeiro, gravada em 30/09/2019.

[2] O manifesto está disponível em: <<https://bit.ly/3Alyti6>>. Acesso em: 8 ago. 2021.

[3] Lucas Martins em entrevista à autora em São Paulo, gravada em 22/11/2019.

Referências

BASTOS, Jaqueline; COSTA, Fafate. Mídia independente: atuação e desafios de sobrevivência na cobertura de manifestações no Rio de Janeiro. *In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO*, VII, 2018, Niterói. **Anais... VII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018, p. 288-297. Disponível em: <<http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/site/wp-content/uploads/2018/10/Artigos-Completo-GT2-Anais-PPGMC-2018.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CABRAL, Adilson. Mídia Independente. *In Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p. 827.

CABRAL, Adilson. **Centro de Mídia Independente**: os primórdios do ativismo digital no Brasil. Curitiba, Appris, 2019.

COELHO, Leonardo. **Entrevista**. [30 set. 2019]. Entrevistador: BASTOS, Jaqueline Suarez. Rio de Janeiro, 2019.

COSTA, Cloves. Comunicação Alternativa. *In Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p. 238.

DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. **e-Compós**, Brasília, v. 9, 2007. p. 1-18. DOI: <<https://doi.org/10.30962/ec.176>>.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 270.

FIGARO, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: Eca-USP, 2018. p. 245.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

FREIRE FILHO, João; CABRAL, Ana Júlia C. B. Contra-hegemonia e resistência juvenil: movimentos mundiais de contestação da ordem neoliberal. In COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 175-194.

GERMANO, Gustavo Gómez. Principios para un marco regulatorio democrático sobre rádio y televisión comunitaria. In GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; HERRERA-MILLER, Karina. **Política y legislación para la radio local en America Latina**. La Paz: Plural, 2010, p. 45-72.

GRINBERG, Máximo. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

JORNALISTAS LIVRES. **Somos as e os #JornalistasLivres**. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

KARPPINEN, Kari; MOE, Halvard. What we talk about when talk about “media independence”. **Javnost: The Public**, v. 23, n. 2, p. 105-119, 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1080/13183222.2016.1162986>>.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Grandes cientistas sociais: Dieter Prokop**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MARTINS, Lucas. **Entrevista**. [22 nov. 2019]. Entrevistador: BASTOS, Jaqueline Suarez. São Paulo, 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PASSOS, Kátia. **Entrevista**. [18 nov. 2019]. Entrevistador: BASTOS, Jaqueline Suarez. Rio de Janeiro, 2019.

PERUZZO, Cicília. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/pacla/v11n2/v11n02a14.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PONTE JORNALISMO. Disponível em: <<https://ponte.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2020.